

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0022303459/2024 - SEHAB.UFO

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo para Credenciamento de Pessoas Jurídicas do Ramo de Fornecimento de Material de Construção para atendimento de famílias cadastradas na Secretaria de Habitação.

1.2 - A contratação está vinculada diretamente no fato de que a Secretaria de Habitação necessita dar continuidade do Programa de Financiamento de Materiais de Construção.

1.3 - O Programa é responsável pelo atendimento de inúmeras famílias, onde são constatadas a precariedade das construções, as situações emergenciais (incêndios, alagamentos), ou outros danos que por vezes colocam em risco a vida.

1.4 - A manutenção do Programa de Materiais de Construção sempre será objetivo da Administração Municipal, não somente por sua demanda, mas também com apoio e atenção às famílias de baixa renda e de extrema necessidade, no auxílio à construção ou reconstrução de suas moradias.

1.5 - Considerando a necessidade da continuidade das atividades pertinentes ao Programa Materiais de Construção, faz-se necessária iniciar uma nova contratação, onde optamos pelo Credenciamento, uma vez que as necessidades da Administração e o interesse público serão mais bem atendidas mediante a contratação do maior número de fornecedores habilitados para a prestação dos serviços.

1.6 - Destacamos vantagens do Credenciamento:

1.6.1 - Em relação ao processo -

1.6.1.1 - Permanecendo a vantajosidade e o interesse Público, o Credenciamento terá prazo indeterminado, possibilitando o ingresso ilimitado de fornecedores;

1.6.1.2 - Preço fixado e condições de fornecimento definidos pela Administração Municipal;

1.6.1.3 - Garantia de igualdade entre os interessados habilitados.

1.6.2 - Em relação ao Programa de Materiais de Construção -

1.6.2.1 - Escolha pelas famílias do CREDENCIADO mais próximo do local de sua moradia;

1.6.2.2 - Celeridade, economia de tempo e dos recursos públicos nos procedimentos administrativos do Programa;

1.6.2.3 - Maior controle na liberação dos materiais nas etapas da obra;

1.6.2.4 - Preço fixado, com base em estudo de mercado e demais diretrizes da Lei nº 14.133/21 e condições de financiamento igualitário para todos os beneficiários.

1.7 - A fundamentação da contratação, na forma de Credenciamento, tem como base o previsto no art. 79, da Lei nº 14.133/21, regulamentado pelo Decreto nº 11.878 de 9 de Janeiro de 2024 em seu Capítulo I - Disposições Preliminares, Hipóteses de Contratação, art. 3º e 4º:

"Art. 3º O credenciamento poderá ser adotado pela administração nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente - caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros - caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos - caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Art. 4º O credenciamento não obriga a administração pública a contratar." (BRASIL, 2024)

1.8 - A contratação busca o atendimento de eventos diversos, que ocorrerão a partir do mês de agosto/2024.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A contratação está previsto no planejamento da LOA para o ano 2024, conforme LEI 9.563 de 19 de dezembro de 2023 – SEI n.0019585221.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1 - O fornecimento de materiais de construção, deverá ser prestado por empresa especializada, possuindo atribuição para comércio e distribuição, e experiência comprovada neste tipo de fornecimento;

- 3.2 - Ser pessoa jurídica legalmente constituída que satisfaça as exigências do Edital e seus anexos, realizando fornecimento compatível com o objeto da contratação;
- 3.3 - A empresa deverá ser estruturada para disponibilizar e fornecer todos os itens de materiais especificados no Termo de Referência, dispondo para tanto de equipamentos e de equipe em quantidade adequada, ao carregamento, transporte e descarga dos materiais, dentro do prazo contratual, com as devidas garantias, incluindo substituições ou adequações;
- 3.4 - Os itens de materiais especificados, poderão ser fornecidos parceladamente, a critério da Administração Municipal, que acompanhará os serviços e a conclusão de cada etapa de construção de cada Beneficiário;
- 3.5 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do objeto contratual, inclusive perante terceiros;
- 3.6 - Estar ciente de que o Município foi responsável pela formação do preço dos materiais, conforme consta no Edital e seus anexos, tornando-se únicos, não sujeitos a alterações, durante toda a vigência do processo de Credenciamento, exceto quando da incidência de reajuste previstos a cada 12(doze) meses, e a critério da Administração, quando constatado vantagem e o interesse público;
- 3.7 - O fornecimento dos materiais ocorrerá com seleção a critério de terceiros, ou seja, ficará a cargo do Beneficiário a escolha direta da prestação do fornecimento de materiais;
- 3.8 - Para fins de melhoria na logística de transporte e distribuição, os interessados no Credenciamento poderão optar pela região do Município que desejar atuar. No caso, propõem-se a divisão em quatro setores - Norte, Sul, Leste e Oeste;
- 3.9 - A Setorização será definida por bairros que compõem o Município de Joinville e serão dispostos no Termo de Referência;
- 3.10 - O fornecimento deverá ser realizado, preferencialmente, por empresa sediada no Município de Joinville/SC;
- 3.11 - Na impossibilidade, admitir-se-á que a sede seja o mais próximo possível, considerando distância de até 100 km do Município de Joinville/SC;
- 3.12 - Os interessados deverão comprovar sua solidez, através dos balanços patrimoniais, demonstração de resultado de exercícios e demais demonstrações contábeis;
- 3.13 - Os documentos deverão comprovar resultados positivos, bem como, deve ser assegurado percentual mínimo de capital mínimo ou patrimônio líquido, de 3,5% do valor total estimado para a contratação;
- 3.14 - O valor atribuído de 3,5% de capital mínimo ou patrimônio líquido a ser comprovado, tem como referência o valor médio equivalente em termos de concessões de financiamentos para cada beneficiário do programa de materiais de construção, o que julgou-se apropriado exigir-se dos participantes, como forma de qualificação econômica.
- 3.15 - Os demais requisitos específicos estão dispostos no Termo de Referência.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se o executado nos quantitativos efetivamente disponibilizados, utilizados e entregues através do Programa de Materiais de Construção nos anos anteriores, realizando-se ajustes na forma de acréscimos ou reduções, bem como outros considerados como essenciais para a habitabilidade;
- 4.2 - Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto às Unidades contempladas na contratação, na Secretaria de Habitação, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.
- 4.3 - Foram também analisados os levantamentos utilizados para as contratações instruídas pelos processos SEI nº 23.0.076851-2 e nº 22.0.060926-9, e a necessidade apontada pelas Unidades da Secretaria de Habitação contempladas na contratação.
- 4.4 - A de se registrar também, que não foram analisadas demandas de outras unidades da Administração Municipal, por trata-se de demanda específica no atendimento das necessidades desta secretaria. Caso, seja necessário, entendemos que o procedimento deverá ser realizado pela Unidade Gestora de Licitações, especificamente em receber os processos de requisição de compras, analisa-los, provocar as demais unidades gestoras e realizar suas unificações, conforme o caso.
- 4.5 - A quantidade estimada está demonstrada no Termo de Referência anexo ao processo.
- 4.6 - A tabela abaixo indicada (memória de cálculo) demonstra a origem da composição ora pretendida no Credenciamento, levando em consideração as ponderações elencadas na sequência:

Item	Denominação	Executado anos anteriores x famílias atendidas									Quantidade adotada						
		Ano			N.Famílias	Ano					N.Famílias	Ano	Média		Quant.	Unidade	
		2021				2022											2023
		Licitado	Usado	%		Licitado	Usado	%									
1	Areia média	220	189	85,90		196	103	52,55		210	208	Redução	200	m³			
2	Barra aço 4,2mm	1600	975	60,93		1170	556	47,52		1200	1385	Redução	1000	un.			
3	Barra aço 8,0mm	1500	1199	79,93		1560	581	37,24		1650	1530	Redução	1400	un.			
	Barra aço 10mm	120	120	100		312	171	54,81		-	216	Excluído					
4	Caibro de cambará	7700	6461	83,91		5850	3966	67,79		7800	6775	Acréscimo	7100	m			
5	Caixa d'água de polietileno	30	23	76,67		28	13	43,43		30	29	Redução	25	un.			
	Caixa padrão para																

Q	ligação de água	-	-	-	20	21	11,00	20	20	redução	10	un
7	Caixão de	800	605	75,63	702	320	45,58	750	751	Redução	600	Jg.
8	Cal hidratada	1100	1026	93,27	1872	834	44,55	1800	1486	Acréscimo	1300	un.
9	Cimento Portland	2800	1722	61,50	2184	1056	48,35	2400	2461	Redução	1900	un.
10	Forro de PVC	-	-	-	-	-	-	-	-	Novo Item	1500	m2
11	Janela basculante de alumínio	-	-	-	-	-	-	30	-	Redução	25	un.
	Janela basculante de madeira	30	25	83,33	28	11	39,29	-	-	Substituição	-	-
12	Janela de correr de alumínio	-	-	-	-	-	-	120	-	Redução	100	un.
	Janela de correr de madeira	140	105	75,00	114	52	45,61	-	-	Substituído	-	-
13	Lavatório louça, com coluna	30	16	53,33	28	14	50,00	30	29	Redução	20	un.
14	Porta externa maciça	60	41	68,33	56	23	41,07	60	58	Redução	40	un.
15	Porta interna lisa 60 cm laminada	30	21	70,00	28	12	42,86	30	29	Redução	20	un.
16	Porta interna lisa 80 cm laminada	90	60	66,67	56	29	51,79	60	73	Redução	60	un.
17	Saibro britado	330	225	68,18	280	141	50,36	300	305	Redução	250	m3
18	Sarrafo de cambará	9100	7901	86,82	7800	4894	62,74	9750	8450	Acréscimo	8700	m
19	Telha portuguesa cerâmica natural	47000	42000	89,36	37440	26590	71,02	50700	42220	Redução	47000	un.
20	Tijolo cerâmico 8 furos	88000	59250	67,33	66300	36800	55,51	78000	77150	Redução	65000	un.
21	Tinta acrílica	-	-	-	28	12	42,86	10	28	Redução	20	un.
22	Tubo PVC 100mm	-	-	-	-	-	-	-	-	Novo item	20	un.
23	Vaso sanitário louça, caixa acoplada, sifonado.	30	-	-	28	14	50,00	30	29	Redução	20	un.

	2021	%	2022	%	média
Valor Total Licitação	R\$ 860.640,75	100	R\$ 678.825,86	100	-
Total Utilizado	R\$ 652.742,52	75,84	R\$ 360.682,92	53,13	64,49
Saldo Cancelado	R\$ 207.898,23	24,15	R\$ 318.142,94	46,87	35,51
Valor Médio / Família	R\$ 15.920,55	-	R\$ 15.681,87	-	R\$ 15.801,21

- Como pode ser observado, a quantidade de materiais estimada (coluna 11) a ser utilizada em 2023, seguiu o padrão da média das quantidades levantadas para 2021 e 2022, ponderando-se arredondamentos necessários para se obter valores inteiros.
- Levando em consideração que o prazo para execução dos processos que resultaram em Atas de Registro de Preços nos anos de 2021 e 2022 (colunas 5 e 9), estão relacionadas com o mês que foram homologadas, verificou-se também uma variação significativa no percentual de utilização dos materiais.
- Esse dado, somado a exclusão de item, substituição e inclusão de novos itens, alteraram o escopo e o valor do total geral estimado para 2023.
- No entanto, culminou a análise geral do Programa, quando do processo licitatório lançado em 2023, resultou nas Atas de Registro de Preços de apenas 04 itens, e desertos outros 19 itens (barra de aço nervurado 4,2 mm, barra de aço 8mm, tinta e caixa d'água).
- Concluiu-se que o Programa fora deveras prejudicado não cumprindo com sua finalidade ao fornecer itens que mal contemplaria fases de extrema importância de edificação de uma residência ou mesmo sua reforma.
- Na revisão do Programa foram analisados os itens de materiais essenciais e adequação de outros.
- O item excluído foi as barras de ferro de diâmetro de 10 mm, justificado por seu uso em construções habitacionais populares, individuais, com baixo esforços estruturais ser perfeitamente cumprido pelo aço de 8 mm.
- Os itens substituídos foram as janelas de madeira por janelas de alumínio (itens 11 e 12, cuja durabilidade em muito se destaca, além de que atualmente pela larga escala de produção possuem preços que se assemelham aos praticados para as fabricadas em madeira).
- Foram incluídos itens, demonstrados pelas famílias que buscam atendimento na Secretaria de Habitação que seriam importantes comporem a relação. É o caso do Forro PVC (Item 10), Tinta Acrílica (Item 21) e Tubos PVC 100 para sistema de esgotamento sanitário (Item 22).
- As Atas formalizadas através dos processos de Requisição de Compras SEI n.21.0.042935-8 de 2021 e, SEI n. 22.0.060926-9 de 2022, tiveram suas homologações em 27/10/2021 e 24/08/2022 respectivamente, sendo que as primeiras Autorizações de Fornecimento aconteceram em 27/01/2022 e 23/03/2023 respectivamente.
- Nota-se que da homologação para o início do efetivo fornecimento transcorrem 3 meses no primeiro processo e praticamente 7 meses no segundo.
- Estes prazos estão relacionados com a dificuldade em se efetivar os atendimentos das famílias que são preconizados pela visita domiciliar apurando e levantando as reais necessidades, a apresentação, comprovação e juntada de documentos hábeis, a logística de atendimento que envolve os Documentos de Entrega de Materiais (DEM) e as fases das obras de edificação.
- Fato é que o prazo ainda está condicionado à livre opção da família em assumir os financiamentos oriundos de suas necessidades, suas disponibilidades para complementar itens não relacionados e sobretudo a mão de obra envolvida para se executar as obras.
- Considerando que o ano de 2023 foi uma ano atípico ao Programa de Materiais de Construção (fracasso na totalização dos itens), e a grande variação de utilização dos itens nas Atas anteriores, restou avaliação dos valores disponibilizados e a quantidade de famílias atendidas nos anos de 2021 e 2022, para compor o novo processo licitatório.
- No ano de 2021 foram disponibilizados para o Programa R\$ 860.641,75 (oitocentos e sessenta mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), sendo que utilizados R\$ 652.742,52 (seiscentos e cinquenta e dois mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), como o atendimento de 41 famílias.
- No ano de 2022 foram disponibilizados R\$ 678.825,86 (seiscentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), utilizados R\$ 360.682,92 (trezentos e sessenta mil seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), resultando no atendimento de 23 famílias.
- O valor total médio do atendimento por família correspondeu em cada ano em R\$ 15.950,55 (quinze mil novecentos e

cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos) e R\$ 15.681,87 (quinze mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos).

- A lógica encontrada então foi de considerar o valor médio de atendimento com materiais na ordem de R\$ 15.801,21 (quinze mil oitocentos e um reais e vinte e um centavos) por família em 2024 afim de compor novo processo.
- Partindo-se do público pré-inscrito de 40 famílias interessadas no Programa e a média de utilização nos anos de 2021 e 2022, de 64,49% (sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), chegamos ao valor estimado para a contratação de R\$ 856.551,99 (oitocentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos).
- A esse valor foram somados ao equivalente dos novos itens obtidos a partir de uma expectativa de utilização (R\$ 40.127,00) e uma eventual correção monetária dos preços de materiais de construção na ordem de 3,23%, tendo como base o Índice Nacional de Custo da Construção acumulado em 12(doze) meses - mês de referência - fev/2024, da Fundação Getúlio Vargas, totalizando R\$ 882.922,52 (oitocentos e oitenta e dois mil novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos).
- A partir desta base e um sistema de matemática reversa, considerando o percentual de utilização, apuramos através de arredondamentos os quantitativos demonstrados e ajustados no Termo de Referência deste processo de Requisição de Compras e apurados na coluna 14 da tabela acima demonstrada.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - O levantamento de mercado consistiu na busca de soluções ofertadas pelo mercado afim de atender à demanda da Administração, na medida do interesse público.

5.2 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

5.2.1 - Solução 1: A realização de contratação de empresa via Pregão Eletrônico para fornecimento de materiais de construção, aos Beneficiários atendidos pelo Programa Material de Construção;

5.2.2 - Solução 2: Realização de processo licitatório para Credenciamento de Pessoa Jurídica do Ramo para o Fornecimento de Material de Construção, para atendimento de famílias cadastradas na Secretaria de Habitação.

5.3 - Análise da Solução 1 -

5.3.1 - A solução apresentada se mostra pouco eficiente, uma vez que, o processo se efetiva com a adjudicação por item fornecido, podendo representar assim um fornecedor para cada de material construção previsto;

5.3.2 - Neste formato a logística de distribuição para cada Beneficiário se torna de difícil administração e controle, uma vez que elas ainda terão que respeitar cada fase de construção quando for o caso;

5.3.3 - Ainda deverá ocorrer o desdobramento de mais fornecedores, quando à luz da legislação vigente, cotas dos materiais devem ser atribuídas ao microempresário, ocorrendo na grande maioria das vezes e já constatados em contratações anteriores, preços muito diferenciados para o mesmo item;

5.3.4 - Pela variação dos custos dos itens, Beneficiários finais podem assumir financiamentos com valores diferenciados para o mesmo tipo de atendimento, causando transtornos para a Administração Municipal;

5.3.5 - Os pregões eletrônicos resultam em ata e estas com vigência de 12(doze) meses, havendo necessidade da realização de nova licitação a cada ano. Durante o processo licitatório itens podem restar desertos e/ou fracassados, comprometendo/interrompendo a execução e conclusão de etapas planejadas das obras.

5.4 - Análise da Solução 2 -

5.4.1 - A solução 2, realização de processo licitatório para Credenciamento de Pessoa Jurídica do Ramo para o Fornecimento de Material de Construção, para atendimento de famílias cadastradas na Secretaria de Habitação, apresenta as seguintes condições:

5.4.1.1 - O Credenciamento poderá ser em caráter continuado, desde que permanecendo o interesse público e a vantajosidade econômica;

5.4.1.2 - Preço dos itens de materiais fixados pela Administração Municipal, garantindo igualdade de condições entre todos os interessados;

5.4.1.3 - Celeridade, economia de tempo e dos recursos públicos a partir da premissa que a operacionalização do Programa de Material de Construção se tornará mais simples;

5.4.1.4 - Não há limite de empresas a se Credenciar e, por conseguinte se contratar, trazendo uma gama de possibilidades aos Beneficiários finais que poderão optar pelo que julgarem ser melhor para atendimento de suas necessidades, sobretudo no quesito proximidade com a construção ou melhoria (Art. 79 da Lei nº 14.133/21, regulamentado pelo Decreto nº 11.878 de 9 de Janeiro de 2024 em seu Capítulo I - Disposições Preliminares, Hipóteses de Contratação, Art. 3º e 4º).

5.5 - CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o Credenciamento de Pessoas Jurídicas do Ramo para Fornecimento de Materiais da Construção, essenciais para prover edificações à habitabilidade, em quantidades levantadas pela Administração Municipal, conforme a necessidade dos interessados.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado/o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.

6.2 - De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

6.3 - Para a presente contratação há previsão orçamentária das Unidades Gestoras Secretaria de Habitação e Fundo Municipal de Terras Habitação Popular e Saneamento - FMTHPS.

6.4 - Conforme § 4º do art. 42 da Instrução Normativa nº 04/2022, não há previsão de custeio desta contratação com recursos da União.

6.5 - A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações da Secretaria de Habitação para o ano de 2024 - Processo SEI nº 22.0.429563-3, Formulário SEI nº 0016423161.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o Credenciamento de Pessoas Jurídicas do Ramo para Fornecimento de Materiais da Construção.

7.2 - Para a solução, levou-se em consideração o mercado fornecedor, viabilidade técnica e econômica, eventual perda ou ganho em escala, e aproveitamento da competitividade.

7.3 - Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o Credenciamento de Pessoas Jurídicas do Ramo para Fornecimento de Materiais de Construção para as famílias cadastradas na Secretaria de Habitação.

7.4 - Assim, o Credenciamento enseja disponibilizar fornecedores junto ao mercado para seleção a critério de terceiros, ou seja, a escolha do contratado/credenciado ficará a cargo do Beneficiário direto do Programa de Material de Construção, mediante Autorização da Secretaria de Habitação, órgão esse responsável pela operacionalização do Programa (Art. 79 da Lei nº 14.133/21, regulamentado pelo Decreto nº 11.878 de 9 de Janeiro de 2024 em seu Capítulo I - Disposições Preliminares, Hipóteses de Contratação, Art. 3º e 4º).

7.5 - Os fornecedores Credenciados e contratados estarão distribuídos em quatro regiões/setores do território Municipal (Norte, Sul, Leste e Oeste), sendo que não havendo Credenciados em uma ou outra região, prevalecerá sempre a escolha pelo Beneficiário do Programa, ou seja, por outra Contratada que não esteja localizada em seu bairro.

7.6 - As liberações de materiais serão sempre vinculadas ao levantamento das necessidades de cada família, mediante parecer técnico-social, que avaliará todas as condicionantes do Programa e conduzirá a operacionalização até sua conclusão.

7.7 - Dependendo do tipo do atendimento, especialmente aqueles que envolvem a construção de uma nova moradia e/ou ampliações, os materiais serão liberados em etapas (fundações, alvenarias, cobertura e complementos), restando aos fornecedores escolhidos realizar a entrega conforme a etapa da obra liberada.

7.8 - No que se refere a solução como um todo, qual seja, Credenciamento de Pessoa Jurídica do Ramo para Fornecimento de Materiais de Construção, há de se frisar que o fornecimento de materiais de construção para famílias cadastradas na Secretaria de Habitação, tem se provado ao longo dos anos como solução adequada na melhoria habitacional da população carente que procura esta Secretaria.

7.9 - O fornecimento de materiais dá-se por intermédio do Programa de Materiais de Construção da Secretaria de Habitação, que é de grande interesse social e tem proporcionado moradias dignas aos que necessitam.

7.10 - Assim, demonstra ser a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido, o Credenciamento de Pessoas Jurídicas do Ramo para Fornecimento de Materiais de Construção, devendo seguir todos os requisitos dispostos no Termo de Referência e ainda observar:

7.10.1 - O Edital de Credenciamento terá validade por tempo indeterminado, podendo ser revogado por ato administrativo motivado pela Administração Municipal.

7.10.2 - Os fornecedores credenciados, a critério da administração municipal, poderão ou não firmar contratos de fornecimento.

7.10.3 - Os contratos de fornecimento terão prazo de vigência de 14 (quatorze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

7.10.4 - Os fornecedores credenciados serão reconhecidos como em condições de contratação, sendo identificados e atualizados por ato formal da Administração na sua tempestividade.

7.10.5 - As condições do edital e seus termos deverão ser revistos e/ou atualizados anualmente, procedendo-se com sua publicidade.

7.10.6 - Quanto a garantia dos produtos deverá ser observado os prazos estabelecidos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.10.7 - Em função da natureza do fornecimento através de um credenciamento, onde o beneficiário efetuará a escolha daquele que melhor lhe atende na região ou entorno onde reside, este estudo considera desnecessário a indicação de garantia contratual.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - Em seu conceito básico, entende-se por Credenciamento o sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens em que, preenchendo os requisitos necessários previstos em edital, são contratados pelo órgão ou entidade para executar o objeto do pacto, quando solicitado. Assim, por só, já é um formato de parcelamento, visto que pelo Credenciamento no presente processo, várias Pessoas Jurídicas poderão habilitar-se, no entanto deverão fornecer a totalidade dos

itens de materiais de construção descritos no Termo de Referência.

8.2 - A solução abrange o Credenciamento de Pessoa Jurídica do Ramo para Fornecimento de Materiais de Construção, no Município de Joinville/SC;

8.3 - Os materiais serão fornecidos aos Beneficiários pelos estabelecimentos Credenciados, mediante Documento de Entrega de Materiais (DEM), devidamente preenchido, assinado e reconhecido pela Secretaria de Habitação, não devendo conter rasuras ou indícios de adulteração;

8.4 - A forma de fornecimento dos materiais, seus quantitativos, valores, prazos, condições, etc., estão previstos no Termo de Referência neste processo.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade, aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público.

9.2 - No caso, o interesse público está voltado em oferecer às famílias de baixa renda cadastradas na Secretaria de Habitação a oportunidade de realizar melhorias em suas moradias, seja na ampliação, recuperação ou mesmo nova construção, com financiamentos subsidiados ou doação.

9.3 - É através do Programa de Materiais de Construção que a Administração Municipal aplica o acesso ao direito à moradia digna e segura à população mais carente do Município.

9.4 - Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, no sentido que estão previstos a melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos a sociedade, garantindo a igualdade entre os interessados hábeis a contratar, permitindo celeridade, economia de tempo e dos recursos públicos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos, bem como, da sistemática aplicada ao Programa de Materiais de Construção.

10.2 - Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

11.2 - Manifestamos ainda que verificado os bancos de dados dos Consórcios que o Município aderiu, seja CINCATARINA e CIM-AMUNESC, não foram localizados procedimentos licitatórios de uma forma geral (Chamada Pública, Pregões, Concorrências ou mesmo Tomada de Preços) em andamento com o mesmo objeto do referente processo.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 - Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

13.1.1 - identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constatarem-se os seguintes riscos:

13.1.1.1 - Possibilidade de não haverem interessados no Credenciamento;

13.1.1.2 - Aumento nos preços dos materiais de construção;

13.1.1.3 - Indisponibilidade de materiais;

13.1.1.4 - Trocas e/ou uso indevido dos materiais de construção;

13.1.1.5 - Má execução contratual.

13.1.2 - Que têm por causas:

13.1.2.1 - Preços fixados pela Administração Municipal, podem não ser atrativos no processo de Credenciamento;

13.1.2.2 - Falhas ou a falta de divulgação dos processos licitatórios;

13.1.2.3 - Variações de mercado, quando principalmente pela falta de insumos que compõem a cadeia produtiva e as desvalorizações de câmbio;

13.1.2.4 - A indisponibilidade de materiais está diretamente ligada a capacidade dos fornecedores e fabricantes cobrirem as necessidades de mercado;

13.1.2.5 - Na modalidade de contratação anteriormente ocorrida, há registros de casos de Beneficiários realizando trocas dos materiais por outros que não compunham a lista licitada, em convivência com o fornecedor.

13.1.2.6 - Constatação quando da parte dos Beneficiários, com o uso dos materiais para outras finalidades - como exemplo, construção de muros de divisa, abrigos complementares e não previstos à edificação, etc...;

13.1.2.7 - Má execução contratual, dizendo respeito aos fornecedores, que com a pouca instrução ou ignorância a elas, não se atentam aos requisitos da contratação, bem como suas obrigações e sanções decorrentes da futura contratação;

13.1.3 - Análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

13.1.3.1 - Processo Licitatório deserto;

13.1.3.2 - Solicitações de revisão de preços e equilíbrio econômico-financeiro por parte do fornecedor;

13.1.3.3 - Interrupção de fornecimento dos materiais indisponíveis no mercado;

13.1.3.4 - Distorção das regras do programa de materiais de construção, motivando revisão e adoção de regras mais restritivas ao atendimento;

13.1.3.5 - Adoção de medidas administrativas coercitivas que podem prejudicar o fornecimento dos materiais de construção e a interrupção do Programa de Materiais de Construção.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

13.2 - Avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

Risco	Probabilidade	Impacto	Pontuação	Classificação	Avaliação dos Riscos
Possibilidade de não haverem interessados no Credenciamento	2	5	10	Alto	Pouco Provável
Aumento nos preços dos materiais de construção	4	3	12	Alto	Muito Praticamente
Indisponibilidade de materiais	1	3	3	Médio	Raro
Trocas e/ou uso indevido dos	2	2	4	Médio	Pouco Provável

materiais de construção;	2	3	3	Médio	Pouco Provável
Má execução contratual	1	3	3	Médio	Raro

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IMPACTO	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
Raro			Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo	
Nível 1			Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	
Probabilidade							

13.3 - Tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar as seguintes condutas:

13.3.1 - Possibilidade de não haverem interessados no Credenciamento:

13.3.1.1 - Como medida e possibilidade de tratamento a **mitigação**, adotando medidas como realizar uma vasta pesquisa de preços praticada no mercado, portais oficiais, tabelas oficiais, banco de preços, contratações similares, mídias especializada, fornecedores, considerando oscilações e variações, com vistas a obtenção do preço mais justo possível.

13.3.1.2 - Apesar de serem cumpridos os dispositivos de divulgação dos atos, através das publicações em diários oficiais (Município, Estado, ou mesmo União), em alguns casos, a imprensa local, os meios mostram-se ainda ineficientes para a propagação da informação e despertar o interesse dos envolvidos;

13.3.1.3 - Há de se destacar que as contratações anteriores que deram suporte ao Programa de Materiais de Construção foram realizadas por meio de outra sistemática;

13.3.1.4 - Foram utilizados como meio de contratação Atas de Registro de Preço, cujo objeto era a aquisição e fornecimento de materiais de construção. O último processo (processo SEI nº 23.0.076851-2) resultou em inúmeros itens da lista de materiais que não tiveram interessados em fornecer, tornando o Programa inviável;

13.3.1.5 - Além da alteração do formato da contratação, como tratamento constatamos que é possível a **mitigação**, incluindo além dos meios destacados, o envio de correspondências eletrônicas aos sindicatos, cooperativas, associações dos entes que desenvolvem as atribuições requeridas para os serviços a ser contratado. Além disso ainda é possível a identificação de empresas do ramo da comercialização e fornecimento de materiais de construção e o contato telefônico direto, informando como proceder para conhecimento do Edital de Credenciamento e suas particularidades.

13.3.2 - Aumento nos preços dos materiais de construção:

13.3.2.1 - A baixa de estoques pode representar muitas vezes a falta de capacidade de produção das indústrias ou a dificuldade de se adquirir as matérias-primas;

13.3.2.2 - Uma porção significativa das matérias-primas das indústrias são importadas com preços vinculados ao dólar. Por sua vez constata-se que há desvalorização do dólar frente ao Real e mesmo havendo um esforço das empresas em não repassar os aumentos aos consumidores, acaba havendo o reajuste de preços;

13.3.2.3 - Infelizmente o tratamento para esse risco é apenas **aceitar**, visto que além das possibilidades de intervenção ou adoção de alguma medida;

13.3.2.4 - Considera-se no entanto que o evento deverá ser monitorado ao longo do tempo, procurando resgatar esses momentos históricos para melhor avaliar a proposição de preços para futuras contratações.

13.3.3 - Indisponibilidade de materiais:

13.3.3.1 - O incremento e a abertura de novas faixas de crédito na construção civil, por exemplo o Programa Minha Casa Minha Vida, as expansões urbanas das cidades, culminando em novos loteamentos, implica diretamente no aumento das construções, consequentemente o consumo de materiais de construção;

13.3.3.2 - Novamente o tratamento do risco, não resta a **aceitar**, considerando que a indisponibilidade pode ser sazonal ou mesmo temporária, visto que tende-se a normalizar a medida que os fabricantes vão se adequando as novas demandas.

13.3.4 - Trocas e/ou uso indevido dos materiais de construção:

13.3.4.1 - Muito embora do fato que foram muitas as notificações, cancelamentos e readequações de contratos administrativos, ambas as situações motivaram a mencionada revisão do Programa, o que apontou melhoria no processo de análise das concessões de materiais aos Beneficiários, logística de distribuição, acompanhamento e fiscalização.

13.3.4.2 - Neste processo as mudanças vão além das já implantadas, pois intenciona-se que cada fornecedor Credenciado disponibilize todos os itens da lista de materiais definida pela Administração Municipal e o Beneficiário terá a oportunidade de realizar a escolha daquele que melhor lhe atenderá em relação principalmente à prazos e distância de sua obra/melhoria (Art. 79 da Lei nº 14.133/21, regulamentado pelo Decreto nº 11.878 de 9 de janeiro de 2024 em seu Capítulo I - Disposições Preliminares, Hipóteses de Contratação, Art. 3º e 4º).

13.3.4.3 - Baseado no relatado, evidente a necessidade de tratar este risco, tendo como conduta **evitar**, trazendo e descrevendo condições mais rígidas e punitivas, nos documentos que compõem o processo (Estudo Técnico, Termo de Referência) com vistas a descontinuidade/ interrupção das atividades de fornecimento.

13.3.5 - Má execução contratual.

13.3.5.1 - Trata-se de complementação ao tratamento do risco acima descrito, implicando na conduta de **Mitigar** ações para a perfeita instrução do processo de compras, visando esclarecer por completo e para que não reste dúvida sobre os requisitos da contratação, obrigações e sanções decorrentes.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		A análise de riscos foram analisadas e atribuídos conduta.
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

14.1 - Como condição técnica, o presente processo para Credenciamento atende ao interesse público, possibilitando de forma mais ampla o atendimento das famílias, inscritas no Programa Habitacional oferecido pelo Município.

14.2 - Nesta modalidade, procurou-se ampliar a lista de materiais de construção, e sempre preservando pela qualidade dos produtos oferecidos, acredita-se na melhoria de condições de oferta do Programa.

14.3 - Acrescenta-se que é através do Programa que as famílias conseguem realizar ampliação, reforma e/ou construção de uma nova moradia por meio de fornecimento destes materiais de construção.

14.4 - O sistema empregado é o convencional, que é o mais adotado no Brasil para obras residenciais, não necessitando de mão-de-obra especializada por parte das famílias atendidas.

14.5 - Considerando o grande número de empresas do ramo, especialmente na região do Norte Catarinense, as condições de fornecimento e o preço dos produtos fixados com base em um estudo aprofundado de mercado, o Credenciamento será atrativo e possibilitará sua adesão, e o Beneficiário terá a oportunidade de realizar a escolha daquela que melhor lhe atenderá em relação principalmente à prazos e distância de sua obra/melhoria.

14.6 - **CONCLUSÃO:** Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento

declara viável a contratação de o Credenciamento de Pessoas Jurídicas do Ramo para Fornecimento de Materiais da Construção, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Neusa Teresinha Merbold, Servidor(a) Público(a)**, em 08/08/2024, às 11:56, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ubiraci Jose da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 08/08/2024, às 12:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Andrioli, Secretário (a)**, em 09/08/2024, às 12:37, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022303459** e o código CRC **B326B6FE**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.016224-1

0022303459v51